

18/09/2012

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.360 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECTE.(S)	: JEAN ROBERTO RITTER
RECTE.(S)	: MARCOS BENEVIDES JUNIOR
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. ROUBO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCOMPATIBILIDADE.

É inviável reconhecer a aplicação do princípio da insignificância para crimes praticados com violência ou grave ameaça, incluindo o roubo. Jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

Recurso ordinário em *habeas corpus* não provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 18 de setembro de 2012.

Ministra Rosa Weber
Relatora

18/09/2012

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.360 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECTE.(S)	: JEAN ROBERTO RITTER
RECTE.(S)	: MARCOS BENEVIDES JUNIOR
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Jean Roberto Ritter e Marcos Benevides Junior, representados pela Defensoria Pública da União, contra julgamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça que, nos autos do HC 149.877/MG, manteve o decreto condenatório.

Jean Roberto Ritter e Marcos Benevides Junior foram condenados às penas de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, e 13 (treze) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, por terem, em 19.12.2008, mediante ameaça e violência física, subtraído um aparelho celular da vítima Cleuza Márcia Borges, avaliado em R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Em sede de apelação criminal, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deu parcial provimento ao recurso, para apenas isentar os recorrentes do pagamento de custas processuais, mantida a sentença no restante.

Inconformada, a Defensoria Pública da União impetrou o HC 149.877/MG ao Superior Tribunal de Justiça, que assim denegou a ordem:

**“HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO.
PENA APLICADA: 5 ANOS E 4 MESES DE RECLUSÃO, EM
REGIME INICIAL SEMIBAERTO. IMPOSSIBILIDADE DE**

RHC 106.360 / DF

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DELITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE BENS JURÍDICOS OFENDIDOS. INTEGRIDADE FÍSICA DA VÍTIMA QUE JAMAIS PODE SER CONSIDERADA COMO UM IRRELEVANTE PENAL. PRECEDENTES DO STJ. CRIME CONSUMADO. DISPENSABILIDADE DA POSSE TRANQUILA DA *RES FURTIVA*. PARECER DO MPF PELO CONHECIMENTO EM PARTE DO *WRIT* E, NESSA PARTE, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. Apesar do ínfimo valor do bem subtraído, o caso *sub judice* não merece a aplicação do postulado permissivo (princípio da insignificância), eis que o delito de roubo não ofende apenas o patrimônio furtado, mas também a integridade física da vítima que jamais pode ser considerada como um irrelevante penal. Precedentes do STJ.

2. Conforme orientação já sedimentada nesta Corte, a posse tranquila sobre a *res furtiva* não é imprescindível para a consumação do crime de roubo.

3. Parecer do MPF pelo conhecimento em parte do *writ* e, nessa parte, pela denegação da ordem.

4. Ordem denegada.”

Neste recurso, insistem os Recorrentes na aplicação do princípio da insignificância, para que as condutas dos pacientes sejam desclassificadas para o crime de constrangimento ilegal (art. 146 do CP). Para tanto, invocam o ínfimo valor do bem subtraído e a não utilização de arma para o cometimento do delito, bem como o fato de não haverem lesionado a vítima.

Requerem a concessão de medida liminar, para suspender a execução da pena de reclusão. No mérito, pugnam pelo provimento do recurso ordinário, para aplicar o princípio da insignificância e, por conseguinte, desclassificar o roubo para o crime de constrangimento ilegal.

A Defensoria Pública da União solicita a intimação para a sessão de julgamento com o objetivo de realizar sustentação oral.

RHC 106.360 / DF

O pedido de liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques, manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

18/09/2012

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.360 DISTRITO FEDERAL

V O T O

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Os Recorrentes foram condenados a 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, no regime semiaberto, pelo crime de roubo qualificado previsto no artigo 157, § 2º, II, do Código Penal.

Conforme peça acusatória, em 19.12.2008, Jean Roberto Ritter e Marcos Benevides Junior, mediante violência física e ameaça, subtraíram um aparelho celular, avaliado em R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), da vítima Cleuza Márcia Borges.

Revelam os autos que a vítima desembarcou de um ônibus e, ao manusear, enquanto aguardava sua filha na rua Caetés, no Centro da cidade de Belo Horizonte-MG, um aparelho celular, foi abordada pelos recorrentes, “sendo que Marcos arrebatou-lhe o celular e desferiu-lhe um tapa no rosto, ao passo que Jean a ameaçou, dizendo ‘fica quieta, não fala nada não, vem atrás não’ (fls. 02/04)”.

O decreto condenatório assenta que a materialidade do delito está comprovada pelo auto de apreensão, termo de restituição, laudo de avaliação e depoimento da vítima. A autoria decorre da confissão em juízo da subtração pelos Recorrentes e do reconhecimento feito pela vítima.

O juiz sentenciante concluiu que a violência empregada no roubo aconteceu pelas vias moral e física, com ameaça e agressão física à vítima, a reduzir-lhe significativamente a resistência à subtração do celular.

O Tribunal de Justiça confirmou a sentença condenatória ao fundamento de que, embora os Recorrentes tenham negado o emprego de violência ou grave ameaça para a subtração do bem, “a vítima sempre foi firme na narrativa dos fatos afirmando que, no momento em que tentou segurar o aparelho, foi agredida com um tapa no rosto por um os agentes, sendo ainda verbalmente ameaçada pelo comparsa”.

Pretendeu a Defesa, sem êxito, que o Superior Tribunal de Justiça

RHC 106.360 / DF

revisasse a condenação forte no princípio da insignificância, com a desclassificação do roubo para o crime de constrangimento ilegal.

Desde logo pontuo que a jurisprudência desta Corte é pacífica quanto à impossibilidade de aplicar o princípio da insignificância aos crimes de roubo, uma vez que este atinge não só o patrimônio, mas também a integridade física e moral da vítima. Nesse sentido:

“HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE ROUBO QUALIFICADO (ART. 157, § 2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL). INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES.

1. O crime de roubo se caracteriza pela apropriação do patrimônio de outrem mediante violência ou grave ameaça à sua integridade física ou psicológica. No caso concreto, ainda que o valor subtraído tenha sido pequeno, não há como se aplicar o princípio da insignificância, mormente se se considera que o ato foi praticado pelo paciente mediante grave ameaça e com o concurso de dois adolescentes, fato esse que não pode ser taxado como um comportamento de reduzido grau de reprovabilidade.

2. A jurisprudência consolidada nesta Suprema Corte é firme no sentido de ser inaplicável o princípio da insignificância ao delito de roubo.

3. *Habeas corpus* denegado. (HC 97.190/GO, rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 07.10.2010) .

“HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. LESÃO AO PATRIMÔNIO E À INTEGRIDADE FÍSICA DA VÍTIMA. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.

1. A questão tratada no presente *writ* diz respeito à possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao crime de roubo.

2. Como é cediço, o crime de roubo visa proteger não só o patrimônio, mas, também, a integridade física e a liberdade do indivíduo.

3. Deste modo, ainda que a quantia subtraída tenha sido

RHC 106.360 / DF

de pequena monta, não há como se aplicar o princípio da insignificância diante da evidente e significativa lesão à integridade física da vítima do roubo.

4. Ante o exposto, denego a ordem de *habeas corpus*. (HC 96.671/MG, rel Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJe 23.04.2009) .”

Inviável, portanto, reconhecer a aplicação do princípio da insignificância para crimes praticados com violência ou grave ameaça, incluindo o roubo, o que por si só já estaria a afastar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, voto por **negar provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.360

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

RECTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RECTE.(S) : JEAN ROBERTO RITTER

RECTE.(S) : MARCOS BENEVIDES JUNIOR

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 18.9.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma